



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 31 de agosto a 7 de setembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputados cobram da Petrobras solução para cidades afetadas por demissões em obras paralisadas

Agência Câmara Notícias - editado

Integrantes da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados estiveram reunidos na sede da Petrobras no Rio de Janeiro na última sexta-feira (28). Os deputados Aureo (SD-RJ), Gorete Pereira (PR-CE) e Luiz Carlos Busato (PTB-RS), membros da Comissão, acompanhados do deputado Altineu Côrtez (PR-RJ) foram cobrar esclarecimentos sobre as negociações que estão sendo feitas para evitar mais demissões em obras paralisadas de produção e refino de petróleo.

A reunião foi continuação da série de visitas técnicas que a CTASP vem realizando desde o início de maio, fruto do requerimento 18/2015, de autoria do deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), presidente da Comissão. Já foram realizadas visitas às obras paralisadas nos estados do Pernambuco (Ipojuca, em 08/05), Bahia (Maragogipe, em 22/05) e Rio Grande do Sul (Charqueadas, em 03/07).

Durante a visita do Rio de Janeiro, a principal reclamação dos parlamentares foi a de não terem sido recebidos pelo presidente da Petrobras, senhor Aldemir Bendini, apesar de terem agendado o encontro. Bendini prometeu participar de reunião na próxima quarta-feira (2), a ser realizada na sede da Petrobras em Brasília, para explicar as medidas que estão sendo tomadas pela estatal para minimizar os prejuízos que as cidades envolvidas estão tendo com a paralisação de obras. O presidente também responderá a questionamentos feitos pelos parlamentares durante a visita.

O deputado Aureo questionou os diretores da Petrobras de Engenharia, Roberto Moro, e de Abastecimento, Jorge Celestino, por que a empresa, que patrocina tantas obras sociais e tem plano de responsabilidade social, ainda não tem um planejamento para tentar reduzir os

impactos das demissões. Eles responderam que, no caso do Rio de Janeiro, já começaram a fazer reuniões com prefeitos de 15 cidades que estão sofrendo impactos com as obras paralisadas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

As reuniões, com intuito de ouvir e debater quais são os problemas mais urgentes, serão realizadas a cada 45 dias para avaliar o que pode ser feito.

DEMISSÕES

O deputado Aureo lembrou que, dos 36 mil empregos diretos gerados com o Comperj, apesar de as obras não terem paralisado totalmente, restam cerca de 11.500.

De acordo com a Petrobras, as obras da central de utilidades do Comperj, que vai suportar a partida da unidade de processamento de gás natural (UPGN), estão com 85% de avanço físico, com previsão de entrar em operação em outubro de 2017. Quanto ao projeto da Refinaria Trem 1, a Petrobras está estruturando um modelo de negócios que inclui parcerias para a conclusão do empreendimento.

O deputado Luiz Carlos Busato reclamou que, caso haja negociações para que as obras de Charqueadas (RS) sejam retomadas por uma empresa chinesa, a expectativa é que os trabalhadores e os investimentos sejam indenizados e o trabalho possa ser reiniciado o quanto antes.

A deputada Gorete Pereira reclamou da falta de transparência da Petrobras sobre as medidas que estão sendo tomadas para cada estado prejudicado com a interrupção das obras. Ela propôs que as bancadas dos estados sejam recebidas na estatal para conhecerem as medidas específicas que serão tomadas para cada região.

PL multa empregador que não conceder repouso remunerado

A CTASP aprovou, na última quarta-feira, o PL 1720/11, de autoria do Deputado Dr. Grilo, que altera o artigo 12 da Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949. A Lei obriga o empregador a remunerar o empregado em feriados civis e religiosos, além de conceder repouso semanal remunerado. De acordo com a proposição, o empregador que infringir a lei pagará ao empregado multa equivalente a duas vezes o valor do repouso não gozado.

O relator, Deputado Bebeto, manteve o parecer do relator anterior na Comissão, Deputado Leonardo Quintão. Segundo o Deputado, “embora o direito ao repouso semanal remunerado e a remuneração dos dias feriados trabalhados em dobro sejam legalmente assegurados, grande parte, a quase totalidade das reclamações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores não mensalistas, contém, no pedido, item relativo a repouso semanal ou dias feriados não pagos devidamente”.

Imposto de Renda isento em 13º

Agência Câmara Notícias

A Comissão de Trabalho aprovou proposta que isenta da incidência de Imposto de Renda e de contribuições sociais o adicional de férias, o 13º salário, a conversão de um terço das férias em remuneração (abono pecuniário previsto na CLT) e as participações nos lucros das empresas.

O projeto original (PL 2708/07), de autoria do deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), tramitou em conjunto com outros 14 projetos, que foram analisados pelo relator, deputado Benjamin Maranhão (SD-PB). Ele apresentou parecer pela aprovação, reunindo as sugestões das propostas em substitutivo.

Maranhão ressaltou que, “em se tratando o Brasil de País que possui uma das maiores cargas tributárias no mundo, nada mais justo do que a aprovação das matérias que propõem a não incidência do Imposto de Renda sobre direitos dos trabalhadores, reduzindo, ainda que minimamente, os prejuízos da classe trabalhadora”. Busato afirma que a isenção é uma questão de justiça: “A ideia de propiciar ao trabalhador um décimo terceiro salário é um prêmio no final do ano pelo seu trabalho durante o ano. Não é justo, o governo dá com uma mão e tira com a outra”.

Perfil do Parlamentar

Deputado Daniel Vilela



Daniel Elias Carvalho Vilela nasceu em Jataí, cidade-polo do Sudoeste goiano. Mudou-se para Goiânia ainda recém-nascido. Em 2009, graduou-se em Direito. No mesmo ano, tomou posse em seu primeiro mandato de vereador por Goiânia, obtendo, na campanha, 8.380 votos. Na Câmara Municipal de Goiânia, desempenhou a função de líder do PMDB.

Na Câmara, Daniel foi presidente da Comissão de Educação e Cultura, onde desenvolveu diversos projetos relacionados às áreas, entre outras ações. Dentre os projetos estão a regularização de 45 escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), reembolso-creche para os servidores e parcelamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o que facilita a aquisição da casa própria.

Em 2010 Daniel aceitou o desafio de concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa motivado principalmente por colaborar no desenvolvimento do Estado. Ficou entre os dez mais bem colocados, com 37.382 votos. Na Casa, foi escolhido líder da bancada do PMDB e tem apresentado projetos que contribuem com Goiás. Um exemplo é a implantação da meritocracia em todos os cargos comissionados da gestão estadual.

Este ano, é membro titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e suplente das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Agenda

03/09

Audiência pública: Contratos de concessões de unidades lotéricas pela Caixa Econômica Federal.

Horário: 10h **Local:** Auditório Nereu Ramos

04/09

Mesa Redonda: Debater operação imobiliária a ser realizada pelo TRT da 6ª Região, com aluguel de R\$ 1.950.000,00.

Local: Assembleia Legislativa de Pernambuco

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: **Melina Fleury** | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: **Melina Fleury** | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>